

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA
NA REGIÃO DE COIMBRA ENTRE 1867 e 1927

A dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por JOSÉ MARIA AMADO MENDES, e recentemente publicada ⁽¹⁾, merece ser aqui divulgada, não só porque o tema está no âmbito das preocupações dos geógrafos, como porque o autor adopta uma perspectiva simultaneamente temporal e espacial. Obra com uma estrutura clara onde a busca do rigor está patente desde as primeiras páginas na definição dos conceitos, dos métodos e das hipóteses que sustentam a sua tese, apresenta ainda uma extensa bibliografia com mais de 800 títulos.

Se, como o autor afirma, «entre nós, se tem algumas vezes salientado a importância das monografias regionais ou locais para o estudo da história geral portuguesa» [mas] «faltam estudos monográficos sobre as diversas regiões, áreas ou localidades do país» (p. 4), pretendendo este trabalho «preencher — na medida das possibilidades — a mencionada lacuna no que à área industrial de Coimbra diz respeito» (p. 4), a tarefa levada a cabo estava, desde o início, rodeada de dificuldades.

A todos os entraves referidos no prefácio pelo autor — ausência de estudos sobre a indústria portuguesa a nível nacional, regional ou local, insuficiência das fontes estatísticas e dos inquéritos industriais, difícil acesso à documentação de empresas — acrescentaríamos um outro de ordem mais geral: a elaboração de um trabalho subordinado a um tema e circunscrito a um determinado espaço não é, contrariamente ao que por vezes se supõe, mais simples do que tratar assuntos diversos mas afins referentes a espaços amplos à escala de um país, de um continente ou mesmo do mundo. A dificuldade deste tipo de investigação advém da impossibilidade de individualizar, numa determinada área, qualquer função como autónoma, e explicável apenas por factores endógenos; é preciso equacioná-la não só na região como no conjunto do país, uma vez que nenhum sector de actividade, e muito menos a indústria no período estudado, se pode desligar do processo de desenvolvimento sectorial e global a níveis mais amplos. Este um dos reparos, justificável, aliás, pela escassez de estudos a nível nacional que permitam enquadrar processos regionais de desenvolvimento da indústria neste período. Mas, antes de quaisquer críticas — aliás quase sempre pontuais e que não põem em causa o indubitável mérito científico do autor e particularmente deste trabalho — vejamos a estrutura e o conteúdo da obra.

Na introdução justificam-se o espaço e os limites cronológicos do período estudado, refere-se a metodologia seguida, informa-se o plano da obra e enunciam-se as hipóteses de que se parte em cada um dos cinco capítulos.

(¹) JOSÉ MARIA AMADO MENDES — *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, 562 p.

Quanto à delimitação da área de estudo, afastado o critério administrativo que facilitaria a análise mas «traria algumas restrições» (p. 5), e também o «critério geográfico (...) em regiões naturais» ou a «divisão provincial» (p. 5), opta-se pelo «critério económico» que permite definir uma área «homogénea e funcionalmente coerente» (p. 7). Será a «zona de influência de Coimbra [que vai] delinear, *grosso modo*, a sua área industrial» (p. 8-9).

O período estudado, cujos limites não são rígidos, foi balizado essencialmente pela promulgação de legislação: no início, a lei de 22 de Junho de 1867, que regula as sociedades anónimas, e a lei de 17 de Junho e regulamento de 7 de Dezembro de 1867 que cria uem imposto de consumo (que motivará no ano seguinte a revolta conhecida por Janeirinha); no final, pela criação da Junta Autónoma de Estradas, por decreto de 20 de Junho de 1927.

Enquadrado o período e demarcada a área, são definidos criteriosamente os termos «indústria» e «industrialização», bem como as noções de «crescimento» e «desenvolvimento» (menos conseguidas). Com a apresentação da metodologia, do plano e das hipóteses de trabalho termina-se a introdução. A este último respeito não deixamos de colocar uma questão: se, como o autor afirma, adopta «um critério empírico-normativo» (p. 32) e se socorre «particularmente do método comparativo e monográfico» (p. 32), justificar-se-á a formulação, na introdução, de hipóteses de trabalho para cada um dos capítulos que são integralmente corroboradas na conclusão, cuja maior extensão se explica pela referência a casos concretos entretanto estudados? A dúvida advém, provavelmente, da indefinição do que se entende por «critério empírico-normativo».

Os três capítulos seguintes analisam as indústrias da área, enumerando-as unidade por unidade. O capítulo I — Pré-indústria e concorrência — estuda a indústria doméstica, o artesanato e a pequena indústria manufactureira. As primeiras seriam praticamente exclusivas nas décadas de 1860 a 1880; o conjunto das três era ainda dominante nas últimas décadas de oitocentos. Dos ramos industriais inventariados são primeiro referidos os que sofreram o efeito da concorrência externa (açúcar, cordoaria, pirotecnia e pólvora, fósforos), depois os que tiveram essencialmente concorrência interna (alimentação e bebidas, vestuário e calçado, construção civil e trabalhos em madeira).

A eficácia da concorrência externa teria resultado de vários factores: facilidade de transportes com o exterior, deficientes condições técnicas (açúcar), promulgação de legislação sobre exclusivo de fabrico (fósforos) e ainda da insuficiente estrutura empresarial assente na propriedade individual.

«A pré-indústria caracteriza-se pela tradição e pela rotina. Com efeito, a utilização de matérias-primas frequentemente acessíveis, a indiferenciação (por contraste com a divisão) do trabalho, a aprendizagem efectuada sobretudo na própria oficina e o grande predomínio de tarefas manuais, com escasso recurso à máquina, persistiram durante séculos, até que a indústria fabril veio alterar a situação» (p. 62). Algumas das unidades com estas características conseguiram vencer a concorrência

interna (o mercado era essencialmente regional), em grande parte porque, segundo o autor, adoptaram a «sociedade como estatuto jurídico [antecipando] o que se tornará regra com a indústria fabril» (p. 62). Na alimentação e bebidas (onde se incluem padarias, pastelarias, confeitarias e conservarias, destilarias de aguardente e outras bebidas, lagares de azeite), no vestuário e calçado e na construção civil e trabalhos em madeira, as sociedades virão, todavia, a ser fundadas já no início do século XX. Sendo assim, haverá, forçosamente, outras razões que expliquem a persistência de formas pré-industriais. São apontados como factores explicativos o crescimento demográfico e urbano (todavia inferiores aos do país), a tecnologia tradicional, que não exigia senão pequenos investimentos e poucos conhecimentos, a que se aliava a mão-de-obra abundante e barata e, finalmente, as condições de mercado que «só muito lentamente se vão alterando, em virtude dos ligeiros progressos verificados no sistema de transportes» (p. 105).

Aparentemente a melhoria dos transportes não teve, na actividade industrial, apenas efeitos positivos, uma vez que auxiliou mais a penetração de artigos produzidos no exterior — açúcar, fósforos e artigos de pirotecnia — do que o escoamento dos da área de Coimbra. Por isso os ramos industriais que persistem para além da fase pré-industrial continuarão a ter um mercado essencialmente regional que, mais tarde, se revelará também permeável à concorrência externa.

As indústrias extractivas (capítulo II) — minas (de gesso e carvão), pedreiras, águas minero-medicinais e salinas — não motivaram o aparecimento de indústrias transformadoras e, inversamente, estas não provocaram progressos na indústria extractiva. A mais importante destas, a mina de carvão de Cabo Mondego, por insuficiências tecnológicas, consumo reduzido e local e pela «inferior qualidade do carvão do qual só cerca de 10% era de primeira qualidade» (p. 114) não resiste à concorrência do carvão inglês.

A uma fase pré-industrial, marcada pela proliferação de pequenas unidades laborando em múltiplos sectores, segue-se uma fase industrial (capítulo III, o mais extenso, p. 133-282) caracterizada por quatro tipos de «indústrias-piloto» — a têxtil (do linho, lanifícios, algodoeira e malhas), cerâmica e papel, alimentar (moagem, massas alimentícias e bolachas, descasque de arroz, conservas de peixe e fabrico de cerveja), as serrações de madeira e a construção naval.

Após o inventário pormenorizado das unidades existentes, período de laboração, técnicas de fabrico, mercados, número de operários, capital — indicadores usados de acordo com as fontes disponíveis e, por isso, diferentes de umas para outras —, segue-se o das «indústrias residuais» (p. 228-282), assim chamadas pelo modesto papel desempenhado. São aqui incluídas sabão, curtumes, vidro e produtos resinosos, metalurgia e metalomecânica, artes gráficas e abastecimento de água, gás e electricidade.

No final do capítulo III o autor conclui que o desenvolvimento industrial da área de Coimbra foi moderado e acompanhado pela proliferação de unidades de pequena dimensão (mais de 255), com um capital social

conjunto diminuto — no conjunto cerca de 23 000 contos. Algumas grandes unidades entretanto implantadas (na têxtil algodoeira e nos curtumes) e a tardia instalação de outras (têxtil de malhas e cerâmica), não foram suficientes para modificar o tipo de industrialização caracterizado essencialmente por pequenas unidades mal apetrechadas do ponto de vista humano e técnico.

A estrutura deste capítulo suscita-nos algumas dúvidas quando o comparamos com o primeiro. Se algumas actividades são estudadas como exemplos característicos de uma fase pré-industrial e, por isso, incluídas no capítulo I mas mais tarde retomadas (capítulo III) como exemplos da fase industrial, como é o caso das alimentares, porque não seguir o mesmo critério com a cerâmica e o papel, uma vez que «a área que estudamos tem constituído desde longa data um dos principais centros cerâmicos do país» (p. 171) e o «fabrico do papel é um dos de maior tradição na área de Coimbra, visto remontar pelo menos aos finais do século XVII» (p. 183)? As razões da sua inclusão apenas no terceiro capítulo não são explicadas.

No capítulo IV — Geografia industrial e ritmos de industrialização — são referidos os «factores condicionantes da localização da indústria (p. 284-294) e as «principais alterações locacionais da indústria» (p. 294-297), definindo-se depois três ciclos de industrialização.

São quatro os factores que explicam a distribuição geográfica das inúmeras unidades inventariadas na área de Coimbra: factores naturais (proximidade de matérias-primas, de água e outras fontes de energia), meios de transporte, mercado e factores humanos e sociais. Sendo justificada a importância atribuída a estes factores, será legítimo concluir que «à escala local e regional predominam factores naturais e técnicos e à escala nacional e internacional factores sócio-políticos (...) designadamente os de ordem legislativa, institucional e política» (p. 294)? Este tipo de divisão parece-nos contestável. Decorrerão, por exemplo, as alterações verificadas nos transportes, nesta área, de factores essencialmente técnicos? Não dependem elas também (ou sobretudo?) de condicionantes políticas, legislativas e institucionais de âmbito nacional ou mesmo internacional? E não é o próprio autor que define os limites cronológicos do período estudado pela publicação de legislação sobre sociedades anónimas, impostos e criação de uma instituição cujo âmbito é tanto nacional como regional?

A definição de três ciclos de industrialização (1868-1898, 1899-1916 e 1917-1927) apoiada, na prática, por vários indicadores em grande parte remetidos para quadros e figuras pode talvez levantar dúvidas. Aliás, o próprio autor reconhece, referindo-se ao último que «no estado actual da investigação histórica, não é possível esclarecer satisfatoriamente o dito surto industrial» (p. 307). Mas se este é um problema de ordem prática (e que até pode não decorrer do faseamento proposto), o mesmo se não poderá dizer do enquadramento teórico pelo apoio no tão criticado modelo evolutivo de Rostow que explica a evolução económica por desfasamentos cronológicos, por atrasos de umas regiões em relação a outras, que serão necessariamente vencidas. Ora, no final deste capítulo,

o próprio autor acaba por recusar este modelo ao afirmar que no período de 1917 a 1927 a industrialização foi tardia e incompleta e que, posteriormente, a crise de 1929 e a própria II Guerra Mundial reforçariam a hegemonia dos grandes centros urbanos em detrimento dos da província.

O capítulo V estuda a evolução dos tipos de empresas industriais, das individuais às colectivas (em nome individual, em comandita e anónimas), o capital industrial e as formas de financiamento (p. 317-385). É um capítulo muito interessante não só pelas novas achegas que traz à história económica da indústria como à história bancária e às relações banca-indústria.

Sobre a evolução da constituição jurídica das empresas pode concluir-se que as modernas sociedades anónimas só passam a ter expressão na área de Coimbra na primeira e segunda décadas deste século; sobre o capital industrial, um dos mais importantes factores para a industrialização, são avançados alguns valores, apresentados em quadros claros, referentes à composição orgânica do capital de algumas unidades fabris (acautelando-nos o autor sobre a pouca confiança dos números), com fortes variações, aliás, no tempo e de empresa para empresa, tanto no que diz respeito ao capital fixo (em média 63 %) como ao capital circulante (em média 27 %). A interpretação dos valores apurados é feita com enormes precauções, já que «se o aumento do capital fixo e a redução do capital circulante são fenómenos geralmente inerentes à própria industrialização, em contextos como o que estudamos (...) os valores das ditas categorias de capital são por vezes surpreendentes e impossíveis de explicar (...) caso se não recorra a outros elementos» (p. 328).

Para o estudo da proveniência geográfica do capital e das fontes do capital industrial os elementos disponíveis são escassos. É, todavia, legítima a suposição de que dominam os capitais provenientes da área, quer do sector industrial, quer dos sectores agrícola e do comércio, sendo esta a origem dominante, no início do século XX, nas indústrias têxtil, alimentar e curtumes.

Com a análise das formas de financiamento e do crédito conclui-se este trabalho. Sobre o primeiro foi possível provar ser o autofinanciamento predominante, não só para a constituição inicial da empresa como, posteriormente, quando se tornaram necessários aumentos do capital social.

Nos estudos de história da indústria nacional o crédito tem sido negligenciado. Este trabalho traz, neste domínio, uma importante contribuição. Começa por se analisar o crédito não bancário, que teve sempre um carácter secundário, desempenhando a indústria mais papel de sector financiado do que de financiador, sendo a seguir acompanhado o papel da banca em três períodos. O primeiro, da «febre» bancária (p. 375), entre 1868 e início dos anos de 1890, não teve em Coimbra repercussões; o segundo, que se prolonga até ao termo do primeiro conflito mundial, foi marcado pela fundação da Agência do Banco de Portugal, em 1891; finalmente, no último período (1891-1927) existem na área 9 bancos ou casas bancárias. Os que ali passam a operar (29 % do total do país) tiveram, no entanto, uma intervenção modesta na indústria, pois «foi

especialmente o comércio a tirar daí vantagem» (p. 383). «A banca ao instalar as suas filiais ou agências em Coimbra, como aliás noutras localidades, não tinha por objectivo primordial o desenvolvimento das respectivas áreas, mas sim o crescimento das próprias empresas bancárias» (p. 383).

A conclusão, que retoma, como se disse, as hipóteses enunciadas na introdução, é sucinta e clara. Parece-nos todavia insuficientemente justificada (talvez até escusada) a página final, a que o autor chama «uma apreciação global, algumas peculiaridades da indústria na área de Coimbra» (p. 389), sobretudo no que diz respeito à exportação de mão-de-obra (não são dadas no decurso do trabalho informações suficientes que provem a dita exportação), à harmonia do desenvolvimento dos sectores primário, secundário e terciário (pelo mesmo motivo) e também às funções universitária de Coimbra e turística da Figueira da Foz.

Quando um trabalho dá a conhecer tanta informação inédita, obriga a reflectir e põe dúvidas ao leitor, está a contribuir para o esclarecimento de questões que um só estudo não pode resolver. É preciso que outros investigadores continuem, tão séria e inteligentemente como JOSÉ MARIA AAMADO MENDES, a pesquisar a história da indústria a várias escalas para que as dúvidas que subsistem possam ser esclarecidas.

MARIA FERNANDA ALEGRIA